
COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO TAC

26 de novembro de 2024

Das 14h50 às 17h

Reunião Híbrida (presencial e virtual
pela Plataforma Zoom)

39ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h50, de forma presencial e virtual (por meio da plataforma Zoom) realizou-se a 39ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)** da Hydro. Participaram da reunião os seguintes **membros do CA**, de maneira virtual, Igor de Lima Goettenauer de Oliveira, Ministério Público Federal (MPF), titular; José Edson Maciel, Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A, titular; Alessandra Ribeiro, Norsk Hydro Brasil, suplente; Rozemiro Brito, 5ª Representação da Sociedade Civil, titular; Elidiane Cardim, 6ª Representação da Sociedade Civil, titular; Solange Vilaça, convidada pela Prefeitura Municipal de Barcarena. **Participaram presencialmente:** Mário Assunção do Espírito Santo, representante titular da 1ª Representação da Sociedade Civil; Jackeline Souza Sales e Rosenilda Santana Evangelista, respectivamente, titular e suplente da 2ª Representação da Sociedade Civil; Leandro Mendes Azevedo, titular da 3ª Representação da Sociedade Civil; Fátima Solange Oliveira Góes e Fabiano Azevedo Pereira, respectivamente, titular e suplente da 4ª Representação da Sociedade Civil; Amauri Vanderley Franco Figueiredo, suplente da 5ª Representação da Sociedade Civil; Rosa Maria Dias da Silva, titular, e Dilene Moreno Dórea, suplente da 7ª Representação da Sociedade Civil; Elizomar Barreto de Souza, titular da 8ª Representação da Sociedade Civil; Maria das Graças Figueira Pereira, titular, e Hamilton José Moreira Caminha, suplente da 9ª Representação da Sociedade Civil; Ereny dos Anjos Lima Barbosa, 10ª Representação da Sociedade Civil. Também esteve presente como convidado: Fabrício Drago Pinho, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas/PA). Além destes participantes, esteve presente a **equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)**, na função de **Secretaria Executiva** do CA: Raphael Castro, Paulo Pantoja, Vanessa Silva, Denise Salomão, Susan da Cruz e Sherinton Moraes. **Justificaram ausência:** Wagner Carvalho Ferreira, 10ª Representação da Sociedade Civil. Não retornaram o contato da Secretaria Executiva: Márcio Maués, Ministério Público do Estado do Pará, titular; Marcelo Moreno, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, suplente. Os membros e convidados receberam o convite formal, via e-mail, expedido pela Secretaria Executiva do Comitê, em 26 de novembro de 2024, onde também constava a data desta reunião. Em seguida, foi declarada a abertura da 39ª reunião do CA. Raphael Castro faz uma breve introdução com instruções acerca da dinâmica desta reunião híbrida, ressaltando as regras para aqueles que estão presencialmente e para aqueles que estão de maneira virtual. Na sequência, Raphael Castro comunica que, antes que a reunião avance para os pontos de pauta, a Secretaria Executiva **registra** que entrou em contato com todos os membros que se afastaram temporariamente devido às eleições municipais de 2024, em Abaetetuba e Barcarena, e todos manifestaram disponibilidade e ausência de impedimentos para retornar

às atividades do CA. São eles: Fátima Solange Góes, que retorna à titularidade da 4ª Representação da Sociedade Civil e, conseqüentemente, Fabiano Pereira retorna à suplência desta; Rozemiro Brito, que reassume a titularidade da 5ª Representação da Sociedade Civil e Amauri Figueiredo retorna à suplência; Elidiane Cardim, que retorna à titularidade da 6ª Representação da Sociedade Civil, e Cristiane Simões, que retorna à suplência desta, ficando dispensada Bartira Silva da titularidade interina; Elisomar Barreto de Souza, que reassume a titularidade da 8ª Representação da Sociedade Civil e Ivo Torres retorna à suplência. A Secretaria Executiva registra e agradece à senhora Bartira Silva, que ocupou a posição de titular interina da 6ª Representação da Sociedade Civil enquanto as representantes titular e suplente estiveram afastadas. Raphael Castro informa que as lideranças que retornaram passaram por um evento de capacitação com a Secretaria Executiva do CA acerca das reuniões que estiveram ausentes, e registra que a 39ª reunião do CA é onde se registrará em ata o retorno oficial destes representantes. Raphael Castro informa também uma mudança na equipe da Secretaria Executiva do Comitê de Acompanhamento, uma vez que a senhora Edane Acioli não mais integra a equipe do IEB. A reunião tem como pautas os **temas ordinários e as atualizações de itens do TAC: 1. Temas ordinários: 1.1. Aprovação da ata da 38ª Reunião do CA (24/09/2024); 1.2. Atualização dos encaminhamentos pendentes (1.2.1 Atualização sobre o item 6.3 do TAC, que trata sobre os recursos depositados no Fundo Estadual de Meio Ambiente [FEMA] e a transferência para o Fundo Amazônia Oriental [FAO]; 1.2.2. Atualização sobre o item 2.1.4 do TAC, que trata do investimento de R\$ 8 milhões para criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução tecnicamente viável; 1.2.3. Novos estudos e auditorias previstos no TAC); 2. Atualizações de itens do TAC: Apresentação do relatório final da auditoria realizada pela empresa AMBIPAR, responsável pela Auditoria do Plano de Ação de Emergência, item 5.1 do TAC. 3. O que ocorrer e sugestões de pauta para a próxima reunião do CA.** Acerca do primeiro ponto de pauta, **1. Temas ordinários: 1.1. Aprovação da ata da última reunião,** a Secretaria Executiva, até a realização desta reunião, não havia enviado a ata consolidada da 38ª reunião aos membros e convidados externos do Comitê de Acompanhamento; o IEB se compromete a enviar a ata ao longo da semana posterior à reunião, e sua posterior aprovação se dará em quinze dias após o seu compartilhamento com os membros do CA. Não havendo manifestações contrárias, a ata da 38ª reunião do CA será encaminhada para publicação no site do MPF. Raphael Castro segue para o próximo item da pauta, **1.2. Atualização dos encaminhamentos pendentes: 1.2.1. Atualização sobre o item 6.3 do TAC, que trata sobre os recursos depositados no FEMA em processo de transferência para o FAO.** Igor de Oliveira informa que o fluxo necessário para a construção das salvaguardas jurídicas para as instituições envolvidas na execução deste item do TAC foi concluído, pois o termo aditivo para a transferência do valor das multas foi assinado. Também foi assinado termo aditivo que torna o FAO um signatário do TAC, **enquanto implementador do item 6.3 do TAC.** Igor de Oliveira informa que não conseguiu contatar a Semas ao longo da semana anterior a esta reunião, mas conseguiu informações por meio da Hydro de que o repasse efetivo do recurso do FEMA para a conta do FAO já foi solicitado à SEFA, e que espera que em breve o valor seja transferido, para que os signatários e o Comitê de Acompanhamento possam discutir junto ao Fundo sobre o edital, cronograma e

outras etapas de aplicação. Mário Santos reforça que a sociedade civil espera que, nesse processo, os signatários observem os acordos feitos com os membros do CA, que se aproveite os dois anos de construção em que a sociedade civil contribuiu no desenvolvimento do plano de aplicação para o recurso do FEMA. Mário Santos reforça também que seja garantida ao CA a possibilidade de apresentar contribuições à elaboração dos editais a serem executados pelo FAO, bem como a participação no controle e na observância do gasto desse recurso, pois enfatiza que o FAO deve ser norteado pelas contribuições que a sociedade civil, neste Comitê, convencionou juntos aos demais membros do CA. Mário Santos também afirma que os signatários precisam estabelecer prazos com o Funbio e solicitar a apresentação o plano de trabalho para execução do recurso ao CA. Mário Santos registra sua crítica à Semas, que teve baixa participação nas reuniões do CA em 2024, o que a liderança considera desrespeitoso com a sociedade civil e demais membros. O próximo ponto de pauta é: **1.2.2. O investimento de R\$ 8 milhões para criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução tecnicamente viável, item 2.1.4 do TAC.** Raphael Castro inicia lembrando que a Secretaria Executiva ficou responsável pelo encaminhamento desta pauta a partir de uma sugestão de haver uma reunião de trabalho específica entre membros do CA e os signatários do TAC para a apresentação de alternativas para a implementação do item 2.1.4. O procurador Igor de Oliveira lembra que é de responsabilidade das partes signatárias apresentar alternativas viáveis à implementação do recurso, cuja decisão passa pela validação do Comitê de Acompanhamento. A partir de contato com universidades, diversas instituições e com o próprio IEB, os quais já possuem projetos com esse escopo, Igor de Oliveira expõe que as partes signatárias possuem algumas propostas ao CA. A primeira delas, já exposta em reuniões anteriores, seria a proposta de projetos pilotos de escavação de poços com a instalação de equipamentos para filtragem de água, que é de extrema importância para o tratamento dessa água; esta proposta está em aberto a partir do diálogo das partes signatárias com diversas instituições. A segunda proposta é agregar o valor de R\$ 8 milhões deste projeto da água ao valor do pagamento de multas (cláusula sexta do TAC) a ser depositado no FAO; estando estes valores em um único montante, o FAO poderia abrir edital para receber propostas das próprias comunidades. O procurador da República lembrou que há a alternativa de repasse do recurso para que a Prefeitura Municipal de Barcarena construa um aterro sanitário. Por fim, a última alternativa é o custeio dos equipamentos que seriam instalados nas residências atendidas pela concessionária Águas de São Francisco, pois parte do valor da instalação é repassado ao consumidor. Igor de Oliveira argumenta que a primeira alternativa de instalar projetos piloto de tratamento e filtragem de água parece bastante válida e interessante, mas ela tem a dificuldade na questão da instalação propriamente dita, que não costuma ser rápida; e por serem projetos piloto, se trata de tecnologias que não estão totalmente prontas, o que gera as dificuldades de instalação e implementação. No que diz respeito à alternativa de repassar o recurso de R\$ 8 milhões para o FAO, após ajustadas todas as questões que garantam as salvaguardas jurídicas, Igor de Oliveira considera que esta seria uma alternativa mais fácil e rápida. O MPF se antecipou e consultou o FAO/Funbio sobre essa possibilidade de executar esse valor, e, a princípio, o FAO se mostrou disponível; o Procurador da República informa que esta possibilidade será tratada por ele em reunião com o FAO/Funbio sobre o recurso das multas

ambientais depositados no FEMA, em 03 de dezembro de 2024. De qualquer modo, Igor de Oliveira reforça que esta é uma decisão que deve ser tomada pelo CA, não de maneira imediata, e sugere que a pauta seja tratada em reunião específica, para que essa decisão seja tomada em conjunto pelos membros do Comitê, oportunidade em que o FAO será convidado para dialogar, inclusive para deliberar se será feito um edital só para a execução do valor total do montante agregado, ou se o recebimento de projetos seria divididos em dois editais, por exemplo, um para executar os valores das multas ambientais que tenha um objeto específico, e outro para executar os R\$ 8 milhões para projetos específicos de abastecimento e tratamento de água. Igor de Oliveira reforça que o MPF dialogará com o FAO para estabelecer um equilíbrio entre velocidade e qualidade da execução, e para saber, sobretudo: Quais são as capacidades operacionais do fundo? Em quanto tempo conseguiriam entregar a solução para as comunidades? E qual o prazo para fazer o edital de seleção de projetos? O procurador argumenta que todo esse diálogo está voltado para que, o quanto antes, o TAC seja executado. Edson Maciel reforça que as partes signatárias estão trabalhando nesse ponto junto ao MPF para o devido andamento do item. Raphael Castro abre para os questionamentos e contribuições dos membros. Rozemiro Brito relembra que a questão do atendimento às ilhas precisa ser prioritária, uma vez que mesmo com a escavação de poços, a população não conseguiu obter água de qualidade, além de não contar com a cobertura do abastecimento fornecido pela concessionária de Barcarena, Águas de São Francisco. Rozemiro Brito também pontua a situação do Bairro Industrial e Canaã, localidades situadas no Polo Industrial de Barcarena, em que os poços escavados também não obtém água de qualidade em virtude da atividade industrial das proximidades. Com isso, Rozemiro Brito sugere a compra de filtros para a parte da população que tem acesso à água, mas que não é uma água de qualidade para o consumo das pessoas, e pontua que há projetos nas universidades que também produzem filtros de purificação de água. Jackeline Sales argumenta que se sente insegura em relação à proposta do filtro, uma vez que considera que não resolverá o problema da água. Jackeline Sales pontua também que a compra de filtros beneficiará empresários, e por isso sugere que ao trazer a alternativa do filtro, se convide os potenciais fornecedores, bem como se convide um químico e membros do Comitê Técnico que possam fornecer explicações aos membros do CA sobre as bases científicas da eficácia dos filtros. Jackeline Sales relembra que durante a capacitação do CA, debateu-se sobre as áreas que estão cobertas ou não pela concessionária de Barcarena, e solicita que um representante da Prefeitura de Barcarena responda quais áreas realmente serão atendidas pelo abastecimento da concessionária Águas de São Francisco, pois a questão não está clara para as representantes da 2ª Representação da Sociedade Civil. Nesse contexto, Jackeline Sales informa que fez uma queixa perante a Prefeitura de Barcarena, mas que mesmo assim não foi apresentado à população o cronograma das obras como garantia da instalação do equipamento urbano de fornecimento de água nas comunidades da Representação 2; assim, a população da área se sentiu lesada e necessita de respostas sobre se será atendida ou não. Jackeline Sales finaliza perguntando se o investimento no projeto da água é o valor de R\$ 8 milhões (valor depositado mais rendimentos) ou se serão os R\$ 5 milhões que estavam previstos na redação inicial do TAC. Igor de Oliveira responde que serão investidos os R\$ 8 milhões. Fabiano Azevedo reforça a solicitação da sociedade civil sobre a questão dos filtros, para

que as empresas fornecedoras sejam convidadas a apresentarem as alternativas de equipamentos, e para que isso seja debatido com celeridade entre os signatários quanto à preços razoáveis e fácil instalação e manutenção. Fabiano Azevedo também solicita que o MPF responsabilize a Prefeitura de Barcarena por não ter fornecido o cronograma de execução das obras ao próprio MPF, algo que faz permanecer as dúvidas de quais bairros serão contemplados, em quanto tempo e em qual prazo. Enquanto o MPF elaboraria nova solicitação, Fabiano Azevedo propõe dialogar com os outros membros sobre a viabilidade técnica e segurança dos filtros, se realmente será uma alternativa viável. A partir disso, Fabiano Azevedo afirma que não está de acordo com o repasse do recurso de R\$ 8 milhões ao Funbio e argumenta que se mantenha o diálogo com essas instituições que possuem equipamentos que torne a água potável, em condições de uso. Portanto, Fabiano Azevedo reforça a proposta de Jackeline Sales de que a Sociedade Civil precisa de um momento para tirar todas as dúvidas sobre a alternativa dos filtros. Rosa Maria Dias também discorda que se repasse os R\$ 8 milhões da água para o FAO. Mário Santos reforça as falas anteriores dos representantes da Sociedade Civil quanto à necessidade de apresentação do cronograma de obras da concessionária Águas de São Francisco, uma vez que duas comunidades quilombolas que serão beneficiadas estão na área da 1ª Representação da Sociedade Civil. Nesse contexto, Mário Santos argumenta que antes do CA decidir como destinar o recurso de R\$ 8 milhões, a Prefeitura de Barcarena tem que garantir a divulgação do cronograma a partir de janeiro de 2025. Mário Santos concorda com a responsabilização da concessionária e da Prefeitura, por meio de ofício a ser enviado pelo MPF, uma vez que o termo de cooperação com o TAC foi desfeito por iniciativa da Prefeitura e o cronograma de obras (a serem executadas com o recurso municipal) não foi apresentado. Mário Santos sugere que se retorne o debate do investimento dos R\$ 8 milhões com a apresentação do cronograma da Águas de São Francisco; para esse diálogo, Mário Santos afirma que enviou um comunicado ao Procurador da República Igor de Oliveira para que esse recurso atenda prioritariamente as comunidades que não estão na área de abrangência da concessionária, em especial as comunidades das ilhas, pois se trata de comunidades em situação de vulnerabilidade. Mário Santos reforça também que os signatários precisam dialogar e compartilhar com a Sociedade Civil o poder decisório quanto à destinação dos R\$ 8 milhões. Amauri Figueiredo concorda com as falas anteriores sobre a prioridade do investimento ser o abastecimento de água para a região das ilhas, mas reforça que também há comunidades em Barcarena que nunca tiveram acesso à água, como a comunidade Fazendinha, e nesse sentido, Amauri, apoia a implantação dos filtros, pois argumenta que a eficácia dos filtros é algo comprovado cientificamente há bastante tempo para o uso em água proveniente de poços, por exemplo. Maria das Graças Figueira reforça a questão da participação popular na decisão sobre o projeto da água e afirma que uma resposta concreta precisa ser dada às comunidades que se encontram sem água. Igor de Oliveira comenta as falas anteriores do Procurador da República e lembra que dialogou com professores e engenheiros da Universidade Federal do Pará (UFPA), e que os sistemas de filtragem já desenvolvidos são complexos devido à função de eliminar metais pesados; porém Igor de Oliveira entende que é necessário haver uma etapa anterior à implementação dos filtros, que é uma etapa de coleta de água para análise e verificação de identificação de algum tipo de contaminação específica que se encontre em cada uma das localidades. Igor de Oliveira sugere, então, que

o CA e os signatários poderiam seguir coletando mais informações sobre esse projeto de implementação de filtros. Sobre a possibilidade de repasse do recurso da água para o FAO, Igor de Oliveira enfatiza que isto não excluiria o projeto dos filtros, que também poderia ser contemplado por meio de editais. Igor de Oliveira também afirma que, com relação aos diálogos do MPF com a UFPA, foi repassado à universidade que a prioridade seria o abastecimento de água na região das ilhas. O Procurador da República também reforça que os signatários têm atuado no sentido de entregar para o Comitê de Acompanhamento a decisão final sobre a utilização dos recursos. Igor de Oliveira, então, sugere que se agende uma reunião específica entre signatários e membros do CA para tratar especificamente dessa pauta, para que se discuta os projetos viáveis junto a especialistas convidados, seus prós e contras, prazos, e possibilidades de implementação para qualificar a discussão. Com relação ao cronograma não apresentado pela Prefeitura de Barcarena, Igor de Oliveira relembra que o termo de cooperação foi recusado pela Prefeitura na primeira solicitação de acesso ao cronograma que o MPF fez ao município; ao requisitar o cronograma, o MPF não recebeu resposta da Prefeitura de Barcarena. Entretanto, Igor de Oliveira reforça que, pelo fato de a Prefeitura não ser parte signatária do TAC, ela não se comprometeu a entregar o cronograma ao CA; outro ponto explanado pelo Procurador da República é que o MPF em específico não tem atribuição para questionar a Prefeitura sobre essa questão por ela ser esfera municipal, e o MPF ser responsável por questões relacionadas à União/governo federal, em regra. Mesmo assim, Igor de Oliveira relembra que enviou ofícios e fez reuniões com a Prefeitura solicitando respostas e a apresentação do cronograma, e que pode continuar solicitando por meio do MPF, mesmo que esta seja uma questão paralela, por se tratar de um contrato entre a Prefeitura e a concessionária que não envolve o TAC. Fabiano Azevedo e Mário Santos sugerem que o MPF cobre o cronograma de obras da Prefeitura por meio da Câmara Municipal de Barcarena e do Tribunal de Contas dos Municípios. Igor de Oliveira concorda com a sugestão e registra que o MPF irá oficializar essas duas instituições. Igor de Oliveira sintetiza o encaminhamento do MPF de haver duas reuniões específicas para tratar a questão da água: 1 - um espaço de debate e apresentação do acúmulo de informações entre o Comitê de Acompanhamento e especialistas da área de acesso à água na Amazônia – sobretudo de instituições públicas como a UFPA –; 2 - um espaço deliberativo para que o CA decida qual será a opção de abastecimento de água a ser custeada com o R\$ 8 milhões. Mário Santos argumenta que podem ser chamados também especialistas de entidades não governamentais, bem como é imprescindível a participação do Comitê Técnico do Ministérios Públicos, membros do CA. Raphael Castro coloca a Secretaria Executiva à disposição para receber as sugestões de quais especialistas/instituições podem ser convidados a compor esse debate técnico sobre água com o CA, e avaliar seus perfis. Por fim, Raphael Castro sintetiza os encaminhamentos debatidos e acordados entre os membros presentes na reunião: a) manter o recurso de R\$ 8 milhões voltado ao tema da água; b) continuar solicitando da Prefeitura de Barcarena o cronograma das obras de água e esgoto, e informações sobre a área de abrangência para subsidiar o debate; c) organizar a reunião técnica sobre a água com especialistas; d) deliberação sobre a alternativa de abastecimento de água escolhida pelo CA. O próximo ponto de atualizações dos encaminhamentos pendentes é o **1.2.3. Novos estudos e auditorias previstos no TAC**. Raphael Castro relembra que na última reunião ordinária do CA houve uma sugestão da

sociedade civil de que sempre que houver a participação de empresas contratadas para apresentar relatórios e informações das auditorias nas reuniões do CA, que se estenda o convite para membros do Comitê Técnico do TAC participarem. Raphael Castro pergunta se os membros do CA aprovam este encaminhamento. Igor de Oliveira e Edson Maciel se manifestam positivamente ao encaminhamento. Entretanto, Edson Maciel relembra que o Comitê Técnico segue um outro rito de gestão de informações diferente do CA, uma vez que presta suporte ao MPF nas análises dos estudos e das auditorias; assim, seria importante que o convite à reunião seja endereçado pelos signatários ao Comitê Técnico, o que retomaria um fluxo de diálogo que já existiu em outro momento entre o CA e o Comitê Técnico, observando que este tem uma estrutura de governança própria. Fabiano Azevedo também se manifesta positivamente ao encaminhamento e agradece o apoio do MPF. Mário Santos reforça a necessidade que o CA tem de ouvir do próprio Comitê Técnico as avaliações e validações dos estudos e auditorias. Os demais participantes não se opuseram ao encaminhamento. Sobre o **item 4.1** do TAC, auditoria de segurança do processo produtivo e efluentes industriais da Alunorte, Raphael Castro informa que a Secretaria Executiva sistematizou algumas questões formuladas pelos representantes da Sociedade Civil sobre esta auditoria. Raphael Castro registra que até a semana desta reunião, a Secretaria Executiva não obteve atualizações em resposta a estas questões. Edson Maciel informa que ainda não recebeu uma formatação das respostas técnicas da equipe da Alunorte, e se compromete a enviá-las até 29/11/2024, sexta-feira. Encaminhará as repostas de forma sistematizada sem prejuízo ao CA a título de informação e posterior compartilhamento com os membros. Sobre os estudos epidemiológicos, item 2.1.1 C do TAC. Raphael Castro registra que houve uma proposta do MPF de agendar uma reunião extraordinária virtual do CA com pesquisadores do Instituto Butantan, instituição que presta consultorias aos signatários do TAC sobre a implementação dos estudos previsto no TAC. Raphael Castro consulta os presentes se a Secretaria Executiva mantém esse encaminhamento de organizar tal reunião. As pessoas na sala presencial e na virtual manifestam concordância. Raphael Castro pergunta se os presentes têm sugestões de datas para tal reunião; na sala presencial, os membros sugerem realizar a reunião extraordinária com o Instituto Butantan ainda em dezembro, ficando a cargo da Secretaria Executiva checar a disponibilidade do Instituto para o dia 05 de dezembro e dialogar diretamente com os signatários para viabilizar a agenda.; Os participantes presenciais consentem com o encaminhamento. Raphael Castro segue para o próximo ponto de pauta, **2. Apresentação do relatório final da auditoria realizada pela empresa Ambipar, responsável pela Auditoria do Plano de Ação de Emergência, item 5.1 do TAC.** A equipe da Ambipar enfrentou dificuldades técnicas e não pôde comparecer à 39ª reunião ordinária, ficando sua apresentação prevista para o dia 05 de dezembro, na reunião extraordinária do Comitê de Acompanhamento. Os membros presentes concordam com a alocação. Raphael Castro sintetiza as pautas encaminhadas para a reunião extraordinária do CA prevista para ocorrer no dia 05 de dezembro: 1 - Apresentação do Instituto Butantan, que tratará sobre os estudos epidemiológicos; 2 - Informes trazidos pelo MPF sobre o FAO, referentes ao item 6.3, nesse contexto, a Secretaria Executiva encaminhará ao FAO e aos signatários a sugestão de agendar reunião com o CA para o FAO apresentar seu plano de trabalho –; 3 - Apresentação do Plano de Ação de Emergência pela AMBIPAR, item 5.1 do TAC. A Secretaria Executiva também encaminha

manter o formato híbrido para a próxima reunião ordinária do CA. Raphael Castro segue para a última pauta, **3. O que ocorrer e, em seguida, 4. sugestão de pauta para a próxima reunião do CA.** Os membros presentes nas salas presencial e virtual sugerem e a Secretaria Executiva sintetiza os temas acordados como pautas da 40ª reunião do CA, as quais serão: **1) Atualização de itens do TAC, 1.1)** Atualização sobre o **item 6.3** do TAC, que trata sobre a execução do recurso das multas depositadas no FEMA em processo de transferência para o FAO; **1.2)** Atualização sobre o **item 2.1.4** do TAC, que trata do investimento de R\$ 8 milhões para criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução tecnicamente viável. A data da próxima reunião ordinária será reagendada, pois o procurador Igor de Oliveira não poderá estar presencialmente em Barcarena no dia 28 de janeiro de 2025. Após as manifestações positivas dos presentes, a reunião foi encerrada, às 17h. O IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.